

## Capítulo 7 - Texto de referência

### Quem paga impostos e quem recebe benefícios no Brasil

Você acha que a afirmação de que “no Brasil, pagamos muito imposto e não recebemos nada em troca” corresponde ao que realmente acontece? Ao observar os tributos pagos pelas famílias e/ou indivíduos em 2017, eles correspondiam a 2/3 da carga tributária total. Além disso, como as empresas transferem os custos dos tributos para o preço final dos produtos / serviços, a carga sobre os cidadãos é ainda maior (correspondia, naquela época, a 30% do PIB). Comparando com outros países, a carga tributária brasileira é inferior a países desenvolvidos da Europa, como Dinamarca, Suécia, Noruega, Alemanha, mas proporcionalmente, pagamos mais tributos do que em outros países, como México, Chile, Estados Unidos e Suíça. Essa carga tributária maior é porque o Brasil optou por ofertar políticas sociais que venham a garantir direitos constitucionais, como saúde, educação, assistência social, diferentemente de outros países, que não têm este compromisso com a proteção social. Portanto, os tributos financiam os gastos governamentais dos entes federados brasileiros com diversas políticas sociais, o que significa que os impostos retornam aos cidadãos em forma de bens e serviços.

Como mostra o capítulo de Eduardo Lazzari, o sistema tributário brasileiro é bem complexo: os três entes federados cobram tributos, existem tributos diretos e indiretos, há isenções e deduções em alguns impostos (conhecidas como renúncia fiscal) e pouco se conhece sobre a tributação do 1% das pessoas mais ricas. Mas quem paga impostos no Brasil e quanto pagam? As pistas podem ser encontradas nos impostos diretos que incidem sobre as famílias, como o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e as contribuições previdenciárias.

Importa lembrar que alguns cidadãos podem ter seus impostos reduzidos ou serem isentos, se beneficiando do que é chamado de renúncia fiscal, como nas deduções do IRPF ou isenções do IPTU. Isso é importante, pois além do Estado não arrecadar, mostra quem se beneficia desta renúncia de receita.

O IRPF isenta uma parte de contribuintes, mas dependendo das deduções, duas pessoas com a mesma renda podem ser tributadas de forma diferente, gerando o que é chamado de regressividade horizontal. As famílias que compram serviços de educação ou saúde podem deduzir essas despesas, numa espécie de subsídio do Estado. No entanto, aquelas que estão abaixo do limite de isenção do IRPF não podem usufruir desse tipo de subsídio, mesmo que tenham tido esse tipo de despesas. Essa lógica tributária faz com que os declarantes do IRPF com maior renda se beneficiem mais do que aqueles com menor renda, ou seja, os muito ricos são menos taxados proporcionalmente à sua renda do que a classe média.

A propriedade de um imóvel cresce na medida em que aumenta a renda e, com isso, famílias com mais renda correspondem ao maior número de contribuintes que pagam IPTU. No entanto, o peso deste imposto no orçamento doméstico é maior para as famílias mais pobres. Em 2017-2018 as famílias com renda de até um salário mínimo gastavam 1,6% do seu orçamento com o IPTU e as famílias com renda superior a 36 salários mínimos gastavam 0,6%, valor proporcionalmente bem menor. Isso gera o que é chamado de regressividade vertical, em que dois contribuintes com rendas diferentes pagam valores diferentes de tributo, mas os pobres proporcionalmente pagam mais.

O IPVA tem características semelhantes ao IPTU: as famílias com maior renda pagam mais deste imposto – 80% das famílias mais ricas pagam IPVA, enquanto 3% das mais pobres o fazem. No entanto, o peso deste imposto é maior para os mais pobres – 3,5% do orçamento familiar, enquanto para os mais ricos é menos do que 1%.

Já as contribuições previdenciárias variam conforme as condições de ocupação. Trabalhadores do setor formal são menos taxados e os do setor informal têm que fazer um esforço contributivo bem maior, o que aumenta o peso da previdência no orçamento dos mais pobres, pois nessas famílias concentram-se as ocupações informais. Os gastos dessas famílias com previdência correspondem a 6%, enquanto nas de classe média é 4% e nas mais ricas é menos do que 4%.

Quando se olha para os impostos indiretos, já embutidos nos preços de produtos e serviços, a mesma realidade se apresenta: o peso dos impostos impacta mais o orçamento das famílias mais pobres. Ou seja, pode-se afirmar que os brasileiros pagam mais impostos, mas a distribuição da carga tributária é muito desigual, recaindo pesadamente sobre as famílias mais

pobres, tanto nos impostos diretos, quando nos indiretos, o que caracteriza o sistema tributário brasileiro como regressivo.

Impostos arrecadados geram receitas para os governos que possibilitam os gastos com políticas sociais, mas quem se beneficia desses gastos? Determinar quanto cada cidadão se apropria dos gastos governamentais não é uma tarefa fácil. De modo geral, os gastos com Previdência Social, Saúde, Educação e Assistência Social somavam 80% do total de gastos dos três entes federados com políticas sociais, em 2019, sendo que só a Previdência representava 54% deste total. Lembrando que a Previdência funciona como um seguro, a partir das contribuições prévias dos segurados, ou seja, são gastos que beneficiam, principalmente, os mais idosos que contribuíram ao longo do tempo.

Já os gastos com serviços prestados por meio das políticas sociais, como os atendimentos nos serviços de saúde ou o ensino público, são bem menos expressivos. Além disso, as deduções no IRPF para esses tipos de serviços funcionam como subsídios para as famílias com maior renda, estimulando-as a contratarem serviços privados. Como efeito, os serviços públicos de saúde e educação têm sido prioritariamente acessados pelas famílias mais pobres. Ainda assim, essa é uma mensuração pouco captada pelos estudos sobre gastos governamentais e seus beneficiários. É mais fácil identificar quando se trata de políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Enfim, é possível afirmar que a carga tributária do Brasil é semelhante àquela de países que possuem sistemas de proteção social, ou seja, onde paga-se mais impostos, mas há garantias de proteção para uma parcela expressiva da população, especialmente os idosos e os mais pobres. No entanto, a tributação regressiva evidencia que o esforço contributivo dos mais pobres é muito maior, ou seja, uma parcela maior da sua renda é que financia o Estado e suas políticas sociais.

Fonte: ARRETCHE, Marta. *Quanto de impostos você paga e quanto você recebe do governo?* In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora S. M. (org.). **Descomplicando Políticas Sociais no Brasil**: o que, por que, como, de quem, para quem? Belo Horizonte: Editora UFMG : Fino Traço, 2023. (p.139-162).